

**Imprensa regional e redemocratização:  
veículo de memória nos anos finais da ditadura militar**

*Redemocratization and regional press:  
vehicle of memory in the final years of military dictatorship*

**Tâmyta Rosa Fávero**  
Mestranda, PPGH-UDESC  
tamyfaveroyahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar como o *Correio Lageano*, jornal diário e impresso da cidade de Lages – Santa Catarina traçou novas linhas e ocultou outras com relação ao regime militar, em 1984, após vinte anos do golpe e ano das campanhas das “Diretas Já”. O jornal usa de uma representação própria, atribuindo certos sentidos ao regime e silenciando outros. Há uma dimensão entre silenciamento, esquecimento e a construção de uma memória histórica observadas neste trabalho a partir da imprensa regional que indicam o comportamento do *Correio Lageano* diante dos impasses que borbulhavam nas cidades de todo o país. A problemática aponta em perceber as atribuições da construção de uma memória política nas páginas dos jornais.

Palavras-chave: História do Tempo Presente; memória histórica; redemocratização; imprensa; Lages.

*Abstract: The objective of this study is to analyze how the Correio Lageano, daily and printed newspaper in the city of Lages - Santa Catarina has traced new lines and hid some others under the military regime in 1984, twenty years after the coup and year of campaigning for “Diretas Já”. The paper uses a direct representation, assigning certain meanings to the regime and silencing others. There is a dimension between silence, forgetfulness and the construction of a historical memory observed in this study from the regional press which indicate the behavior of the Correio Lageano against dead ends that bubbled up in cities across the country. The issue points in understanding the tasks of building a political memory in the pages of newspapers.*

*Keywords: History of the Present Time; historical memory; redemocratization; press; Lages*

A imprensa, como veículo de memória, é *locus* privilegiado para a reflexão em torno dos desdobramentos da redemocratização brasileira. Os vinte anos do regime militar foram ilustrados nas páginas dos jornais de todo o país, contudo, as cores as quais faziam parte desse quadro mudaram de acordo com o trajeto que foi sendo delineado na política brasileira. O objetivo deste trabalho é analisar os contornos próprios que o *Correio Lageano*, jornal diário e impresso da cidade de Lages – Santa Catarina, utiliza-se quando o país adentra no processo de redemocratização. Este trabalho pretende, então, discutir como a imprensa lageana traçou

novas linhas durante as campanhas das Diretas Já e seus desdobramentos, perpassando o ano de 1984. Além do que, este mesmo ano acaba sendo palco para uma “releitura” do golpe civil-militar de 1964, em decorrência de seus vinte anos, e ao narrar o acontecimento o jornal usa de uma representação própria, atribuindo certos sentidos e silenciando outros. Há uma dimensão entre silenciamento, esquecimento e a construção de uma memória histórica observadas neste trabalho a partir da imprensa regional que indicam as escolhas do Correio Lageano diante dos impasses que borbulhavam nas cidades de todo o país. A problemática aponta em perceber as atribuições dadas à redemocratização na imprensa de Lages, reduto político de Santa Catarina, e seus resvalos acerca da memória que estava sendo construída.

Trata-se de pensar a imprensa regional e suas vozes diante dos anos do processo de redemocratização na vida prática do jornal e da cidade. Apropria-se neste trabalho da discussão de consciência histórica, edificada por Jörn Rüsen, no que se refere à orientação do indivíduo no seu próprio tempo, sustentada por sua vez de acordo com seu conhecimento histórico, apreendido das mais diversas formas, visto que o indivíduo reapropria-se dos saberes que circulam nos mais variados espaços, e no caso aqui trabalhado, os que circulam nos jornais.

Para o historiador do tempo presente preocupado com a propagação de símbolos, valores e representações, tem no espaço jornalístico olhar favorável para análise da transição do regime autoritário para a redemocratização política. O espaço de comunicação constrói-se então como palco da luta democrática do país, e alguns signos manifestam-se nas páginas do jornal com o intuito de naturalizar a imagem de liberdade e democracia, forjada como intrínseca ao *ethos* jornalístico.

Porém, não se trata, segundo Cruz & Peixoto (2007), de numa perspectiva linear, pensar a história da imprensa como um longo percurso em direção a um tempo mais democrático e, portanto, a uma gradativa e inexorável ampliação da esfera pública, pois o tempo longo dessa história se recria, se reinventa e se repõe em cada conjuntura (p.257). Nos dizeres das mesmas autoras, “não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias ‘têm uma opinião’, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos” (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p.257-258).

No sentido de mapear as relações de colaboracionismo da imprensa brasileira e demonstrar como esta se associou ao regime militar, Beatriz Kuschnir reflete sobre a experiência de alinhamento da Folha da Tarde, do grupo Folha de São Paulo (2004). Observe-

se que tal condição não chegou a ser exclusividade de apenas um ou outro segmento da imprensa. O colaboracionismo envolvia um tipo de atuação abrangente, pois, segundo a autora, competia à imprensa mais do que uma adesão ao regime. A imprensa regional, particularmente, por suas próprias debilidades e posicionamentos políticos era ainda mais próxima à ditadura. Sublinham-se os elementos de *colaboração*, *convivência* e autocensura, investindo em difundir uma imagem inverídica do país, os jornalistas *cães de guarda*. A imprensa pode ser interpretada como uma arma essencial da ditadura. Há a aceitação da autocensura, do autocontrole, do padrão de qualidade, da abdicação de atitudes quixotescas (KUSCHNIR, 2004, p.51).

A partir de meados da década de 1970, abriram-se pequenos espaços para discussões acerca da democracia, liberdade e direitos humanos, questões essas que haviam sido fortemente limitadas durante os anos anteriores. Todavia, a ditadura militar como ferida aberta da imprensa, não abandona instantaneamente os receios que prevaleceram nos anos anteriores. Estes receios e autocensura que permearam a imprensa regional do planalto catarinense deixaram suas marcas na construção da memória política forjada pelo Correio Lageano. Ao passo que ela por vezes silenciava as arbitrariedades do regime ditatorial mesmo diante da redemocratização, não dando voz entonada aos conflitos que regeram o espaço político e social do país nos anos anteriores.

Analisando os contornos próprios do Correio Lageano podem-se vislumbrar algumas representações acerca de movimentos políticos. A repercussão jornalística do Correio Lageano com relação às conjunturas da redemocratização foram bastante ambíguas. O jornal acaba por abrir espaço tanto para artigos que se referissem ao golpe de 1964 e ao regime militar de forma positiva, como artigos em favor da redemocratização e de eleições diretas. Sinalizava os embates políticos que afluíam no decorrer do ano, divulgava notícias acerca dos partidos e suas movimentações, mantinha informações pontuais quanto aos problemas que o país enfrentava e convenções e mobilizações partidárias, mas mantinha-se conservador e em silêncio quanto à ditadura, ao passo que a própria palavra ditadura não é encontrada nas páginas do jornal.

Sendo que durante esse período se intensificaram mecanismos sociais e institucionais visando democratizar o país, o ano de 1984 foi janela ampla e aberta para visibilizar os movimentos que articularam ritos, símbolos, representações e memórias acerca do processo de distensão o qual se encontrava o país. Há, porém, já a partir de meados da década de 1970,

uma revalorização do processo eleitoral no Brasil, quando o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) passa a obter vitórias expressivas, mesmo em meio às dificuldades impostas por um regime autoritário, o que redundaria na progressiva perda de influência e legitimidade do partido governista, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). O que se pode salientar é a crescente importância e mobilização de participação democrática via eleições. Por mais que houvesse uma série de limitações de engajamento social, a população brasileira procurou, dentro dos caminhos possíveis, demonstrar o descontentamento com o regime civil-militar instalado desde o golpe de 1964. É nesse período que horizontes de expectativas, anseios e aspirações eleitorais, e de um futuro desejado que deveria ser acelerado foram evidenciados.

No dia 15 de maio de 1984 o jornal falava em “começar outra vez”, em um artigo assinado por Gumercindo Rocha Dorea, sendo que

este, o momento que atravessamos, talvez seja aquele minuto que a História ainda nos pretende conceder, na forja onde está sendo moldado o caráter brasileiro. (...) Está em nossas mãos decidir o que queremos ser no palco da História: um povo desfibrado que sujeita a todas as empulhações políticas e econômicas – (...) ou um povo que sente no seu íntimo a voz dos que fazem e conduzem a História. (...) as grandes concentrações que o Brasil assistiu, nos trouxeram a lembrança as grandes marchas que antecederam e inspiraram a descida das tropas sob o comando de Mourão Filho, em 1964. Vinte anos depois estamos sentindo que o povo brasileiro retomou o seu poder de sonhar novamente, e partir para uma nova tentativa.<sup>1</sup>

O passado fala quando é questionado, e é nesse sentido que Jörn Rüsen salienta que “as mudanças no presente, experimentadas como carentes de interpretação, são de imediato interpretadas em articulação com os processos temporais rememorados do passado” sendo ainda que a “narrativa histórica torna presente um passado, de forma que o presente aparece como sua continuação no futuro (2010, p.64). O jornal usa da própria História e do passado, para interrogar-se sobre o presente e o futuro, buscando interpretar as mudanças pelas quais o país experimentava, buscando as raízes para a legitimação deste processo.

Além do que, em suas colunas políticas e em artigos informativos quanto aos rumos que estavam sendo tomados pelos partidos políticos o jornal não se calava e persistia entusiasmando os lageanos às vantagens de um processo eleitoral direto e não escondia os personagens catarinenses que posicionavam-se contra. Buscava deixar notável a “caça aos

---

<sup>1</sup> Correio Lageano. Lages, 15 de maio de 1984.

votos indiretos” a “redenção revolucionária – novo país que está sendo desenvolvido”, o “Dia D, dia da democracia – dia da vitória em Lages” (quando houve a manifestação em favor das Diretas Já no município). Além do “peso de responsabilidade pelo futuro do país” e da “areia movediça do Brasil de 1984”. Porém um artigo escrito por Átila de Moraes é publicado no jornal, já no dia 20 de dezembro, a favor do período ditatorial, dizendo que

hoje todos vêem, sentem, usufruem, mas não vislumbram a fabulosa infraestrutura que foi montada ao longo desses últimos vinte anos, visando a uma arrancada desenvolvimentista sem precedentes na história do Brasil e quiçá do mundo.<sup>2</sup>

É uma fonte que funciona em ritmo de conta-gotas, com poucos adendos, porém ainda presentes. Sendo que por mais que haja um posicionamento a favor de processos eleitorais e contra o regime anterior na maior parte dos exemplares, o jornal não nega a publicação de vozes destoantes da perspectiva de redemocratização. Além do que, não é feita nenhuma menção à censura, às torturas, aos exílios, e a todas as outras arbitrariedades do regime, demonstrando uma postura de silêncio do jornal, pelo menos no que se refere ao ano de 1984 e a memória histórica forjada pelo jornal é construída em torno de personagens e partidos políticos, sem dar vazão às disputas de todas as outras ordens.

Edgar de Decca (2004), ao trabalhar com a memória histórica construída a partir da revolução de 1930, diz que a memória histórica periodiza a história e define o lugar onde ela deve ser lida (p.73), ela escolhe o que deve ser exorcizado e pesa sobre as narrativas que serão articuladas acerca desse campo simbólico construído. Carlos Alberto Vesentini (1997), também operando acerca da memória histórica e com a hegemonia de memórias específicas, num mundo onde se deseja que nada seja esquecido, questiona-se: e o que fica de fora? Para o autor, “desaparecem momento e agentes. O significado de outros instantes, a cristalizarem-se de outra forma, e o lugar onde propostas foram efetivamente jogadas perde a nitidez. E não conseguem integrar-se na memória, nessa memória” (p.138).

Acerca dos silêncios, Claudio Beserra de Vasconcelos salienta que eles podem decorrer diante da impossibilidade de lidar com certos traumas, e podem derivar de projetos políticos e de disputas da constituição da memória pública, “nesse processo, a que se torna

---

<sup>2</sup> Correio Lageano. Lages, 20 de dezembro de 1984.

dominante impõe o ‘silêncio’ a outras que poderiam ir de encontro às suas premissas. Mas as memórias relegadas aos subterrâneos pela dominante, na tentativa de romper a barreira que lhe é imposta e se fazer ouvir, também podem, conscientemente, silenciar sobre algumas lembranças tidas como negativas” (2009). Sendo então que a ditadura militar ainda não era um passado encerrado, menos ainda bem resolvido, permanecendo em aberto até os dias atuais, leva-se em conta a dificuldade em tratar de um passado traumático para a memória do país, é nesse sentido que se percebe a dimensão entre trauma, esquecimento e a construção de uma memória histórica e as contribuições da imprensa num processo de consolidação democrática do país e os rumos da memória dos acontecimentos que formavam linhas nos jornais.

Ainda no sentido da permanência de memórias, segundo Enzo Traverso (2007), o passado é constantemente reelaborado segundo as sensibilidades éticas, culturais e políticas do presente e ainda o retorno ao passado se transforma em memória coletiva. Salientando ainda que a construção de memória ligada às conveniências políticas do presente. É neste sentido que se pode pensar no paradoxo do discurso jornalístico, já que num certo momento refuta o passado de incertezas no que se refere ao período anterior ao golpe civil-militar, e em outro o valoriza, desenhando uma imagem positiva da tradição política lageana baseada na presença do progresso e do desenvolvimento que foram interrompidos com a vitória da oposição em 1972 no pleito municipal.

É sobre os vértices da memória e da História onde Traverso afirma que a memória tem sempre a sua verdade, jamais é fixa e está em transformação permanente. Ela desaparece e reaparece muito mais tarde de forma distinta. A memória está sempre constituída de conhecimentos posteriormente adquiridos e por outras experiências. As verdades da memória entretanto são filtradas por sensibilidades, culturas, a representação identitária e ideológica (TRAVERSO, 2007, p.74).

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado (FERREIRA, 2000, p.7).

Reinhardt Koselleck, em *Crítica e Crise*, estabelece relações entre o tempo histórico, a crítica e a crise no final do regime absolutista francês no final do século XVIII. Segundo o



autor, “a crise política (que uma vez deflagrada, exige uma decisão) e as respectivas filosofias da história (em cujo nome tenta-se antecipar esta decisão, influenciá-la, orientá-la ou, em caso de catástrofe, evita-la) formam um único fenômeno histórico (...)” (1999, p.9). Portanto, a insegurança geral de uma situação crítica é atravessada pela certeza de que, sem que se saiba ao certo quando ou como, o fim do estado crítico se aproxima. A solução possível permanece incerta, mas o próprio fim, a transformação das circunstâncias vigentes – ameaçadora, temida ou desejada –, é certo. A crise invoca a pergunta ao futuro histórico (KOSELLECK, 1999, p.111). Diante das premissas das mudanças políticas da década de 1980 no Brasil, pode-se pensar que a imprensa permeia a crítica, e se vê capaz de julgá-la moralmente. A crise a crítica caminham entrelaçadas, uma fazendo parte da outra. A imprensa a critica, e é atora e autora da própria crise do regime militar. Ao adentrar as questões políticas de um tempo de incertezas, ela busca no passado ponte para o futuro almejado e que deve ser acelerado.

A tarefa do historiador que escreve sobre seu próprio tempo, que lê o tempo em que está inserido, é a de desnaturalizar suas fontes, sobretudo os meios de comunicação, ônus e bônus da História do Tempo Presente, dado o volume dos acervos documentais pesquisados. O historiador desse tempo histórico tece uma narrativa acerca de processos que permanecem em aberto, onde fervilham memórias e vozes de sujeitos em ação. Trata-se então de um desafio para o pesquisador, pois deve levar em conta o lugar do descontínuo e do singular, além de perceber e retratar o alargamento do presente e de estruturas e eventos amplos e longínquos. Apesar de todas as desconfiças que este novo campo abarca, para Jean-Pierre Rioux, a História do Tempo Presente reflete sobre “um vibrato do inacabado que anima todo um passado, um presente aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas” (1999, p.50). Quanto a este aspecto, Koselleck destaca que “a tensão a qual o historiador deve se submeter é aquela entre teoria de uma história e a realidade das fontes (...). O conhecimento histórico é sempre mais do que aquilo que se encontra nas fontes”, Para o historiador, “uma história nunca é idêntica à fonte que dela dá testemunho. Se assim fosse, toda a fonte que jorra cristalina seria já a própria história” (2006, p.186).

Sendo 1984 um ano bastante simbólico devido os vinte anos do golpe e devido à campanha a favor das *Diretas Já*, este ano permite através da imprensa que as redes políticas, as coalizões partidárias, os usos políticos do passado, as mobilizações de memórias de lideranças e o silenciamento de outras, sejam evidenciados. Além do que, estratégias em torno de demandas específicas, e aspectos das culturas políticas que se chocam e se ressignificam

ganham contornos mais explícitos. Para tanto a imprensa é um veículo privilegiado para o estudo desses movimentos políticos. A reflexão acerca da veiculação de memórias a partir dos recursos midiáticos associados aos acontecimentos tem rendido bons frutos para a História do Tempo Presente. Abre-se espaço para a reflexão acerca da importância da imprensa relacionada aos pilares da historiografia do tempo presente ao pensar as mudanças políticas do país. A interpretação empreendida pelos autores aqui mobilizados pôde condicionar algumas reflexões diante da problemática que os aproxima. Porém, as lacunas neste campo ainda são bastante visíveis e devem ser repensadas, visando ampliar as perspectivas históricas das culturas políticas presentes no Brasil contemporâneo, a partir de suportes analíticos disponíveis.

#### Referências

- BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.269-291, jan/jun 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a14.pdf> Acesso em: Julho de 2011.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007
- FIORIN, José Luiz. *O Regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- DE DECA, Edgar Salvadori. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6842/517.pdf?sequence=1> Acesso em: Julho de 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise – uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.



LEVIN, Florência. Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007.

RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe. Questões para a história do presente. Bauru: Edusc, 1999.

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2010.

TRAVERSO, Enzo. Historia e memoria. Notas sobre un debate. In: FRANCO, Marina; VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. Estudos Históricos, vol.22 no.43, Rio de Janeiro, Jan./Jun 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862009000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862009000100004&script=sci_arttext). Acesso em: Setembro de 2011

VESENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato. São Paulo: Editora HUCITEC, História Social, USP, 1997.